



Fórum do BCE
em dia de eleições
não é ilegal, dizem
especialistas **Economia 26**



Christine Lagarde | A directora-geral do FMI será uma das personalidades presentes no Fórum e vai discursar no jantar de abertura, do dia 25 de Maio.

PARLAMENTO EUROPEU

Fórum do BCE em dia de eleições não é ilegal, dizem especialistas

Comissão Nacional de Eleições pediu à organização do evento que se pronunciasse

FILOMENA LANÇA
E MARLENE CARRIÇO*
filomenalanca@negocios.pt

A realização do Fórum do Banco Central Europeu (BCE) sobre bancos centrais, que se realiza em Sintra nos dias 25 a 27 de Maio, não viola a lei eleitoral, apesar de o dia de arranque do evento coincidir com o dia das eleições para o Parlamento Europeu. De acordo com vários especialistas ouvidos pelo **Negócios**, o Fórum, que traz a Portugal figuras como Christine Lagarde, directora-geral do FMI, Mário Draghi, líder do BCE, e Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia, não acontece na data mais adequada, mas a sua realização não configura nenhuma ilegalidade. O assunto está neste momento a ser avaliado pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), na sequência de uma queixa apresentada esta segunda-feira pelo Bloco de Esquerda (BE) e ontem secundada pelo Partido Socialista (PS).

“Não será a altura mais adequada, mas do ponto de vista jurídico-legal, julgo que não haverá qualquer violação do princípio da neutralidade ou imparcialidade nem do cha-

mado período de reflexão”, afirma o constitucionalista Rodrigo Esteves de Oliveira. Bacelar Gouveia, outro especialista em direito constitucional, concorda: “É uma conferência que não tem qualquer natureza política e cuja realização não põe em causa nenhuma norma legal”.

A lei eleitoral determina que as entidades públicas e órgãos do Estado em geral “não podem intervir directa ou indirectamente em campanha eleitoral” e devem observar “rigorosa neutralidade perante as diversas candidaturas”, não podendo, nomeadamente, exibir símbolos ou siglas durante o período eleitoral. Chama-se a isto o princípio da neutralidade e imparcialidade e, aplicando-se ao caso concreto, “não se vê neste encontro um acto que favoreça ou prejudique uma candidatura”, explica Esteves de Oliveira.

CNE notificou organização do Fórum para se pronunciar

A abertura do Fórum está programada para as 18:30 do dia 25, ainda antes da hora de fecho das urnas e, portanto, dentro do período de reflexão, durante o qual, diz a Lei, não pode haver qualquer propaganda

eleitoral. Jorge Bacelar de Vasconcelos, constitucionalista e professor da Universidade do Minho, considera que, também aqui, não se poderá falar na existência de qualquer ilegalidade. Na sua opinião, o momento escolhido também não foi o mais feliz e “talvez não custasse adiar umas horas ou mesmo um dia”, afirma. Com este calendário, “pode prestar-se a todo o tipo de explorações, seja por quem denuncia, seja por quem possa eventualmente beneficiar do evento”, alerta o especialista.

O Fórum foi agendado no final de Agosto de 2013 – antes ainda de se saber quando seriam realizadas as eleições – segundo um comunicado da altura no site do Banco de Portugal, que também participa.

A organização foi notificada “para dizer o que se lhes oferecer sobre a queixa” apresentada pelo BE, explicou ao **Negócios** o porta-voz da CNE, referindo que a decisão desta entidade deverá ser conhecida “na próxima semana ou no mais tardar, na seguinte”.

“Manobra do Bloco”, diz coligação

Para o Bloco, num contexto de balanço dos três anos de troika, o en-

contro não só viola a lei eleitoral, como é “uma ingerência grosseira no processo democrático português”. Ontem, o PS veio apoiar a queixa, com o deputado António Galamba a salientar que está em causa o princípio da neutralidade imposto às entidades públicas e que “qualquer entidade externa tem que respeitar”.

Nuno Magalhães, do CDS-PP, e Duarte Marques, do PSD, desvalorizam a questão e recusam também a existência de qualquer ilegalidade. “A conferência é à porta fechada”, sublinha o líder parlamentar popular, salientando que é “uma ironia” ser o BE a levantar a questão. “Se as ideias do Bloco sobre a troika fossem reais, ou seja, que a troika prejudicou o País, a presença desses elementos por cá em dia de eleições só prejudicaria a maioria e beneficiaria o Bloco”, afirma.

Já Duarte Marques realça que “nenhum deles [dos participantes da conferência] é candidato” e que “a troika não é de partido nenhum”, pelo que se trata de uma “manobra mediática para o BE recuperar do descrédito e falta de visibilidade”. com **EM**

Não será a altura mais adequada, mas do ponto de vista jurídico-legal, não haverá aqui qualquer violação.

RODRIGO ESTEVES DE OLIVEIRA
Constitucionalista

Talvez não custasse adiar um dia ou umas horas, em respeito pelo acto eleitoral que está a decorrer.

PEDRO BACELAR DE VASCONCELOS
Constitucionalista

Temos uma lei que impõe neutralidade. Qualquer entidade externa tem que a respeitar.

ANTÓNIO GALAMBA
Deputado do PS

Se as ideias do Bloco sobre a troika fossem reais, este evento só prejudicaria a maioria.

NUNO MAGALHÃES
Líder da bancada do CDS/PP

Isto mais não é do que uma manobra mediática para o BE recuperar da falta de visibilidade.

DUARTE MARQUES
Deputado do PSD